

**HABEAS CORPUS Nº 520.706 - SP (2019/0201535-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : ARIovaldo MOREIRA  
**ADVOGADO** : ARIovaldo MOREIRA - SP113707  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MICHAEL LOPES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MICHAEL LOPES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC nº 2114731-14.2019.8.26.0000).

A Corte local denegou prévio *writ* impetrado na origem para manter a prisão preventiva do paciente, denunciado como incurso nas penas do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e do art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, em concurso material, tendo o acórdão destacado que, além de o paciente ter a posse irregular de 2 munições de uso permitido (calibre 32), "*foi apreendida significativa quantidade e diversidade de drogas, parte delas de natureza altamente nociva (18 porções de cocaína – 10,64g; 1 pedra da mesma substância – 58,26g; e 1 porção de maconha – 0,7g – consulta ao sistema)*" (e-STJ fl. 169).

No presente *writ*, busca a defesa a revogação da custódia cautelar do paciente, asseverando que o Juízo de primeiro grau não indicou nenhum elemento concreto que justificasse a segregação antecipada do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fl. 176.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 201/203).

É o relatório.

**Decido.**

Pois bem. Informações prestadas pelo Tribunal de origem (e-STJ fl.

# *Superior Tribunal de Justiça*

184) noticiam a superveniência, em 8/8/2019, de sentença condenatória em desfavor do ora paciente.

Assim, fica sem objeto este *writ* à vista da superveniência de novo título a embasar a custódia, não submetido a pronunciamento do Tribunal de origem.

A propósito:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE MANTENHA A CUSTÓDIA CAUTELAR. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Cediço que não cabe a interposição de embargos de declaração contra decisão monocrática que julga prejudicado recurso, mas, em consonância ao princípio da fungibilidade recursal, há que se receber esta irresignação como agravo regimental.*

*2. Prevalece no âmbito da Sexta Turma desta Corte o entendimento no sentido de que constitui novo título a expedição de sentença condenatória que mantenha a custódia preventiva, mesmo que não lance mão de novos fundamentos para a manutenção daquela. Precedentes.*

*3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento. (EDcl no RHC 78.448/MG, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017, grifei.)*

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator